



ESPECIALIZAÇÃO EM

EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO
CULTURAL E ARTÍSTICO

ANDRÉIA RODRIGUES DE SOUZA

**A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO BÁSICO
CELSO AUGUSTO DANIEL**

Diadema - SP

2019

ANDRÉIA RODRIGUES DE SOUZA

**A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO
BÁSICO CELSO AUGUSTO DANIEL**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico, lato sensu – a distância, do Programa de Pós-graduação em Arte-PPG-Arte, Instituto de Artes da Universidade de Brasília.

Orientadora: Profa. Ma. Anna Paula da Silva

RESUMO

Este estudo tem como objetivo identificar como se desenvolve a educação patrimonial dentro dos processos de ensino-aprendizagem do Ensino Fundamental da Escola Municipal de Educação Básica Celso Augusto Daniel no município de São Bernardo do Campo na região da grande São Paulo. Para tal foi realizado o método de estudo de caso, com entrevistas realizadas com o corpo docente e equipe gestora da unidade escolar. As entrevistas possibilitaram entender o conhecimento dos professores sobre o assunto e como desenvolvem atividades relacionadas, verificar o desenvolvimento da educação patrimonial nas aulas de arte, nos projetos pedagógicos e no programa de educação integral da escola. Os referenciais teóricos, principalmente as publicações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) possibilitaram observar e refletir se as práticas realizadas estão de acordo com as definições da educação patrimonial, que mesmo sem a total compreensão sobre o assunto é desenvolvida pelos professores em suas práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Educação Patrimonial, Cultura na escola, Escola Celso Augusto Daniel.

ABSTRACT

This study aims to identify how patrimonial education is developed within the teaching-learning processes of Elementary School of the Municipal School of Basic Education Celso Augusto Daniel in the municipality of São Bernardo do Campo in the region of Greater São Paulo. For this, the case study method was carried out, with interviews with the faculty and management team of the school unit. The interviews made it possible to understand the teachers' knowledge about the subject and how they develop related activities, to verify the development of the heritage education in the art classes, in the pedagogical projects and in the integral education program of the school. Theoretical references, especially the publications of the National Historical and Artistic Patrimony Institute (IPHAN), have made it possible to observe and reflect on whether the practices carried out are in accordance with the definitions of heritage education, which even without full understanding of the subject is developed by teachers in their pedagogical practices.

Keywords: Patrimonial Education, Culture at school, School Celso Augusto Daniel.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	A CULTURA COMO DIREITO EDUCACIONAL.....	4
2.1	PANORAMA DAS LEIS DE ACESSO À CULTURA.....	5
2.2	A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL- CONCEITOS E PRINCÍPIOS.....	7
3	PESQUISA SOBRE A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA EMEB CELSO AUGUSTO DANIEL.....	11
3.1	O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS AULAS DE ARTE.....	20
3.2	A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DESENVOLVIDA NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS.....	26
3.3	A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO PROGRAMA MAIS TEMPO DE ESCOLA.....	34
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
	REFERÊNCIAS.....	38

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E FIGURAS

Figura 1	Imagem aérea do Conjunto Habitacional Três Marias, SBC, 2015.....	12
Figura 2	Atividades realizadas pelos alunos do 5º ano sobre a Arte Egípcia, EMEB Celso Augusto Daniel, 2017.....	23
Figura 3	Atividades de Xilogravura realizadas pelos alunos do 2º ano sobre Literatura de cordel, EMEB Celso Augusto Daniel, 2018.....	24
Figura 4	Atividades desenvolvidas pelos alunos do 5º ano, sobre pintura Indígena, EMEB Celso Augusto Daniel, 2017	24
Figura 5	Atividades desenvolvidas pelos alunos no Projeto Regiões, EMEB Celso Augusto Daniel, 2016.....	27
Figura 6	Atividade desenvolvidas pelos alunos do 3º ano, Mosaicos das Olimpíadas 2016, EMEB Celso Augusto Daniel.....	27
Figura 7	Alunos da EMEB Celso Augusto Daniel na Caminhada pela Gentileza, Conjunto habitacional Três Marias, SBC, 2015.....	28
Figura 8	Caminhada pela Gentileza, Conjunto Habitacional Três Marias, SBC, 2014.....	29
Figura 9	Projeto Gentileza Gera Gentileza, Conjunto habitacional Três Marias, SBC, 2016.....	29
Figura 10	Projeto Gentileza Gera Gentileza, Conjunto habitacional Três Marias, SBC, 2016	29
Figura 11	Caminhada Sustentável, com gestores, professores, pais e alunos da EMEB Celso Augusto Daniel, Conjunto habitacional Três Marias, 2018.....	30
Figura 12	Coleta de lixo na Caminhada Sustentável, professora e aluno da EMEB Celso Augusto Daniel, Conjunto Habitacional Três Marias, 2018.....	30
Figura 13	Apresentação do 2º ano: Frevo da Gentileza, EMEB Celso Augusto Daniel, 2017.....	31
Figura 14	Apresentação do 5º ano: Era uma vez - Kell Smith, EMEB Celso Augusto Daniel, 2017.....	31
Figura 15	Apresentação do 3º ano- Bumba meu boi de Santa Fé, EMEB Celso Augusto Daniel, 2018.....	32
Figura 16	Festa Junina, EMEB Celso Augusto Daniel, 2017.....	33
Figura 17	Oficina de percussão, Programa Mais Tempo de Escola, EMEB Celso Augusto daniel, 2017.....	35
Figura 18	Aula de Capoeira, Programa Mais Tempo de escola EMEB Celso Augusto daniel, 2018.....	35
Figura 19	Aula de dança, EMEB Celso Augusto Daniel 2018.....	36

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
COHAB	Companhia de Habitação Popular
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMEB	Escola Municipal de Ensino Básico
HTPC	Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo
IENEP	I Encontro Nacional de Educação Patrimonial
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDBEN	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNC	Plano Nacional de Cultura
PPP	Projeto Político Pedagógico

DEDICATÓRIA

Dedico a todos os professores, mestres e profissionais que por meio da educação e da cultura transformam vidas e colaboram para um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os seres de luz que me guiam, minha família, meu filho, a todos os profissionais da EMEB Celso Augusto Daniel, a minha orientadora Profa. Ma. Anna Paula da Silva, ao meu Prof. Tutor Antônio da Costa Neto, a Profa. Dra. Ana Lúcia de Abreu Gomes e a coordenadora do Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico da UnB Elaine Ruas.

Muito obrigado por contribuírem de alguma forma para a elaboração deste trabalho.

“A Educação Patrimonial pode ser uma importante ferramenta na afirmação de identidades e para que as pessoas se assumam como seres sociais e históricos, como seres pensantes, comunicantes, transformadores, criadores, realizadores de sonhos.”

(FREIRE, 2011, p. 42)

1 INTRODUÇÃO

O que é Educação Patrimonial?

De acordo com a página do Portal do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) ¹:

Concebe educação patrimonial como todos os processos educativos que primem pela construção coletiva do conhecimento, pela dialogicidade entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diversas.

Desta forma, sempre que houver entre as pessoas a união para criar e trocar conhecimentos, analisar, compreender e transformar a realidade que nos permeia, estamos praticando uma ação educativa. E quando essas ações estão relacionadas ao patrimônio cultural, entende-se por Educação Patrimonial.

O Artigo 216 da Constituição Federal do Brasil atualmente conceitua patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Entre as redefinições promovidas pela Constituição Federal sobre o patrimônio cultural brasileiro estão:

(...) as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O patrimônio cultural apresenta-se como parte do nosso cotidiano, no modo de cada povo ser e estar no mundo e por muitas vezes o primeiro acesso e reconhecimento sobre essas informações acontecem dentro do ambiente escolar. As instituições educacionais se apresentam como um importante canal de inserção e fortalecimento do conhecimento a cerca do patrimônio cultural e artístico. Em coerência com essas informações que abrangem os processos educativos, a LDB 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 1º, indica que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

A disseminação e valorização da cultura dentro da educação básica, trazendo o reconhecimento da diversidade cultural integra a importância de sua preservação para nossa identidade cultural e para que os educandos se reconheçam como parte dela.

¹ Portal do IPHAN. Disponível em:< <https://educacaopatrimonial.wordpress.com/about/>> Acesso em 20 nov. 2018.

Como professora de artes do ensino fundamental e integrante de um grupo de cultura popular em São Paulo, prezo pela propagação da cultura e valorização da educação patrimonial dentro e fora do ambiente escolar. O intuito desta pesquisa é conhecer e apresentar como a educação patrimonial é desenvolvida na Escola Municipal de Educação Básica (EMEB) Celso Augusto Daniel, no município de São Bernardo do Campo, região metropolitana da grande São Paulo, onde atuo como professora de arte do Ensino Fundamental. O presente trabalho visa identificar a educação patrimonial no processo de aprendizagem do ensino fundamental que atende cerca de 530 alunos na unidade escolar mencionada, nas aulas de arte, em atividades interdisciplinares, como forma de interligação com outras disciplinas, em projetos pedagógicos com temas transversais, em programas de educação integral e em outras formas de abordagem.

Atuo nessa unidade escolar como professora de arte do Ensino fundamental I há três anos e seis meses, o intuito de identificar o desenvolvimento da educação patrimonial neste ambiente escolar observa o entendimento sobre o tema com os professores do ensino fundamental, que atuam do primeiro ao quinto ano nesta escola e como desenvolvem suas práticas educacionais relacionadas com a educação patrimonial. Também se torna pertinente o apontamento das possibilidades do ensino patrimonial na disciplina de arte e o desenvolvimento de atividades interdisciplinares que contemplem o assunto. O Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade escolar é analisado sobre os objetivos, conteúdos e projetos com temas transversais, que desenvolvem questões sociais, como ética, meio ambiente, pluralidade cultural e saúde, assim promovendo ações ligadas à educação patrimonial aos educandos e a comunidade onde se localiza. Também inclui a observação sobre os programas de educação integral, que são grandes condutores de atividades que envolvem a educação patrimonial aos educandos.

O método de investigação dessa pesquisa foi o estudo de caso, como investigação qualitativa observou-se os procedimentos educacionais acerca da educação patrimonial na EMEB Celso Augusto Daniel. Os interlocutores da pesquisa foram os docentes e gestores da unidade escolar mencionada. O instrumento e os dados coletados por meio de pesquisa realizada a partir de questionário, anotações e observações.

Para obtenção dos dados foi realizado pesquisas com o corpo docente e equipe gestora, observação e descrição das práticas desenvolvidas por toda a unidade escolar.

Os referenciais teóricos buscaram observar e refletir de que forma as práticas de educação patrimonial são aplicadas na unidade escolar pesquisada e como os objetivos e

conteúdos do Projeto Político Pedagógico se encaixa nos princípios da educação patrimonial propostas pelo IPHAN e as leis que incitam o direito à cultura nos âmbitos educacionais.

Os capítulos que compõem essa pesquisa apresentam: A cultura como direito educacional, um panorama das leis de acesso à cultura, conceitos e princípios que envolvem o entendimento sobre o patrimônio cultural e a educação patrimonial. A pesquisa realizada na EMEB Celso Augusto Daniel, ao qual apresenta verificações sobre as características da localidade onde se encontra a unidade escolar, análise dos dados coletados por meio do questionário respondido pelos docentes e a observação sobre como é desenvolvida a educação patrimonial dentro de todos os processos educativos da escola pesquisada, nas aulas de arte, nos projetos pedagógicos e no Programa de educação integral Mais Tempo de Escola.

As considerações finais apontam as observações realizadas no processo da pesquisa, o entendimento e desenvolvimento da educação patrimonial por parte dos docentes, que dialogam com as abordagens na interdisciplinaridade, porém nem sempre possuem a clareza que estão desenvolvendo a educação patrimonial cotidianamente, por falta de formações que conduzam a esse tema. Algumas possíveis estratégias também são indicadas podendo ser desenvolvidas dentro do âmbito escolar para fortalecer o trabalho pedagógico, oferecendo aos educandos a possibilidade de reconhecimento, valorização de sua cultura, sua identidade, ampliando sua visão de mundo, assim como conhecer e valorizar a cultura dos diversos povos existentes.

2 A CULTURA COMO DIREITO EDUCACIONAL

O referencial teórico desse trabalho analisa o documento sobre Educação Patrimonial na Escola, do grupo de trabalho do 1º Encontro Nacional de Educação Patrimonial (IENEP) realizado em São Cristóvão no Sergipe, em setembro de 2005, onde registra os princípios e operacionalização da educação patrimonial no âmbito escolar nacional e o Projeto Político Pedagógico (PPP) da EMEB Celso Augusto Daniel de 2017 e 2018, possibilitando as observações acerca das práticas realizadas, que caminham de acordo com os princípios da educação patrimonial apresentadas no documento do IENEP e são descritas nas sessões seguintes. As reflexões a seguir são oriundas da leitura das publicações do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, especialmente: Educação Patrimonial, histórico, conceitos e processos, dos autores Sônia Regina Rampim Florêncio, Pedro Clerot, Juliana Bezerra e Rodrigo Ramassote, edição 2014 e Educação Patrimonial: um processo de mediação da autora Sônia Regina Rampim Florêncio, [2016?].

O IPHAN é uma instituição federal, autarquia vinculada recentemente ao Ministério da Cidadania, com o fim do Ministério da Cultura (MinC), ao qual foi vinculado às secretarias de esporte e desenvolvimento social dentro do mesmo Ministério. O IPHAN é responsável pela política de patrimônio cultural em nível nacional. De acordo com a publicação Educação Patrimonial, histórico, conceitos e processos (FLORENCIO, et al., 2014, p. 5), aponta sobre o IPHAN que:

Desde a sua criação, em 1937, manifestou em documentos, iniciativas e projetos a importância da realização de ações educativas como estratégia de proteção e preservação do patrimônio sob sua responsabilidade, instaurando um campo de discussões teóricas, e conceituais e metodologias de atuação que se encontram na base das atuais políticas públicas de Estado na área.

Desta forma o IPHAN apresenta o quanto importante se tornou estas iniciativas de desenvolvimento da educação patrimonial, buscando propagar para todas as gerações a valorização da preservação do patrimônio e em todos os seguimentos da sociedade civil. Nota-se que a educação patrimonial é uma ferramenta que permite a compreensão do mundo que nos rodeia e o conhecimento sobre a trajetória e realidade do espaço e tempo em que nos encontramos inseridos. Neste sentido, se faz necessário a observação do entendimento dos docentes sobre o assunto, a concepção sobre o que é reconhecido e desenvolvido como patrimônio cultural, que por muitas vezes passam sem devida relevância pela interdisciplinaridade e com uma visão limitada por falta do reconhecimento que sua abrangência possui, sendo desenvolvida não apenas na disciplina de artes e nos projetos pedagógicos, como também nas diversas áreas do conhecimento. Nesta perspectiva, essa

pesquisa verificou como as ações realizadas dentro da Escola Municipal de Ensino Básico Celso Augusto Daniel promovem e o quanto se faz necessário uma educação patrimonial permanente que desperte aos educandos o enriquecimento e reconhecimento cultural, como forma de conscientizar e integrar para além do espaço escolar valores que os enriqueçam como cidadãos.

2.1 PANORAMAS DAS LEIS DE ACESSO À CULTURA

Apresento algumas leis que direcionam os direitos culturais incluindo nos âmbitos educacionais, que são citados por meio da Constituição Federal do Brasil, Estatuto da Criança e do Adolescente e o Plano Nacional de Cultura.

A Constituição Federal é a lei fundamental e suprema de uma nação, para sua organização e base de seus princípios, inclui o direito à cultura, sendo este um direito fundamental aos indivíduos e grupos sociais. Consta na Constituição Federal do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, os seguintes artigos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

O acesso, difusão e valorização da cultura nacional se faz de forma efetiva com políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento dos direitos culturais em todas suas áreas, elaboradas em concordância com o governo e sociedade, como indica a Constituição Federal. Contudo ainda temos muito que caminhar, mesmo sendo um direito constitucional, ainda há muita carência em investimentos na área de cultura considerando-se a grandeza do território brasileiro e sua população.

A Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente é por sua vez, o código de conduta relativo à infância e à adolescência, medida em que sugere, determina e normatiza as formas de acesso, permanência e promoção da criança e do adolescente no direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, delegando papéis às diferentes instâncias de relacionamento da criança e do adolescente, como apresenta em seus artigos:

Art. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do

adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura.

Art. 59. Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Em concordância aos artigos estabelecidos pela Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do adolescente se refere ao direito de valorização e acesso cultural, assim como a necessidade de apoio por parte do governo para a destinação dos recursos que visam à garantia desses direitos, garantindo seu desenvolvimento também no processo educacional.

Seguindo, em acordo à legislação brasileira com referência ao direito e acesso à cultura, são conduzidas as diretrizes do Plano Nacional de Cultura. De acordo com o Ministério da Cultura à época, o objetivo do Plano Nacional de Cultura (PNC), com vigência de 2010 a 2020 é orientar o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil.

Referente às ações de incentivo à cultura nas escolas, o Plano Nacional de Cultura apresenta três metas pertinentes:

- . 100% das escolas públicas de Educação básica com disciplina de Arte no currículo escolar regular com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural (meta número doze).
- . 20 mil professores de Arte de escolas públicas com formação continuada (meta número treze)
- .100 mil escolas públicas da Educação Básica desenvolvendo permanentemente atividades de arte e cultura (meta número quatorze).

Dentro das instituições de ensino básico as ações de incentivo à cultura se estabelecem principalmente voltadas à disciplina de arte como importante meio de condução dessas abordagens, assim como os conteúdos desenvolvidos em arte, os projetos pedagógicos, trabalhando a interdisciplinaridade e os programas de educação integral, também seguem como grandes auxiliares na propagação da educação patrimonial nas escolas de ensino básico. As formações aos docentes são de grande importância para que consigam realizar com maior êxito as ações culturais dentro dos processos educativos, assim como esse objetivo também se apresenta no PNC quanto à propagação da diversidade cultural no âmbito educacional como segue em seu artigo:

2.1.5 desenvolver e ampliar programas dedicados à capacitação de profissionais para o ensino de história, arte e cultura africana, afro-brasileira, indígena e de outras comunidades não hegemônicas, bem como das diversas expressões culturais e linguagens artísticas.

Nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Lei nº 11.645, de 2008, Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", especialmente nas aulas de artes, literatura e história brasileira na educação básica. As leis vigentes concebem o reconhecimento e

valorização dos povos que formam a origem do povo brasileiro, as primeiras raças a designar a característica e essência de nossa nação. Evidente que o Brasil é um país que agrega povos de várias nacionalidades, porém essas leis defendem o reconhecimento e a valorização dos povos que influenciam diretamente tanto de forma cultural como da miscigenação de suas raças, pois a base da abordagem na educação básica já carrega consigo a visão eurocêntrica de mundo, onde a cultura europeia se apresenta como protagonista da história e da evolução da sociedade moderna. Desta forma o ambiente educacional pode expandir o conhecimento a valorização e o respeito, combatendo o preconceito aos povos diversos, como segue nos Parâmetros Curriculares Nacionais:

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais. (BRASIL, 1997, p. 5)

A educação patrimonial presa pela valorização da cultura que foi concebida pelos nossos ancestrais e que faz sermos quem somos, um país com uma riqueza enorme de culturas que tão importante quanto manter essa herança cultural é saber respeitá-las em sua diversidade.

2.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: CONCEITOS E PRINCÍPIOS

A princípio devemos entender sobre o conceito de Patrimônio Cultural para discorrer sobre o que envolve a Educação Patrimonial. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, instituição federal e responsável pela política de patrimônio cultural em nível nacional, de acordo com sua publicação: Educação Patrimonial – Programa mais educação (KROHN, et al., 2013, p. 3), entende que:

O patrimônio cultural é o conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo. Ele está presente em todos os lugares e atividades: nas ruas, em nossas casas, em nossas danças e músicas, nas artes, nos museus, escolas, igrejas e praças. Nos nossos modos de fazer, criar e trabalhar. Nos livros que escrevemos, na poesia que declamamos, nas brincadeiras que fazemos, nos cultos que professamos. Ele faz parte de nosso cotidiano, forma as identidades e determina os valores de uma sociedade. É ele que nos faz ser o que somos.

O patrimônio cultural está integrado à nossas vidas, nossa identidade, o nosso modo de ser e tudo que produzimos, seja material ou imaterial, nossa história e nossa memória. Muitas vezes pode-se entender como algo intocável, porém é tudo que concebemos e que de alguma forma expressa quem somos, quem nossos ancestrais foram e mesmo com a constante

mudança do espaço e tempo também influenciará as futuras gerações. De acordo com o Artigo 16 da Constituição Federal:

Art. 216. Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A Educação patrimonial insere o conhecimento e preservação acerca do que trazemos de nossa cultura, nossos valores e o que podemos conhecer além dela, ampliando a visão do mundo. Atualmente as atuações para a expansão da educação patrimonial se expande em diversos campos, buscando estratégias de mediações que agreguem de forma dinâmica e compartilhada meios de inserir com maiores condições a educação patrimonial tanto na educação formal como na educação não formal. Desta forma os eixos estruturados pelo IPHAN apresentam as linhas por onde se desenvolvem estas ações. De acordo com Florêncio, et al., 2014, p. 29, a política de Educação Patrimonial do IPHAN está estruturada em três eixos de atuação:

a) Inserção do tema Patrimônio Cultural na educação formal. É de essencial importância levar a reflexão sobre a preservação do patrimônio à rede formal de ensino. Assim, duas principais estratégias vêm sendo utilizadas por meio de parceria com o Ministério da Educação: na educação superior, a aproximação se deu por meio do Programa de Extensão Universitária – ProExt, que dispõe de uma linha temática voltada ao Patrimônio Cultural; no âmbito da educação básica, o Programa Mais Educação possibilitou a incorporação da atividade de Educação Patrimonial na perspectiva da educação integral.

b) Gestão compartilhada das ações educativas. A principal estratégia é o fomento à Rede Casas do Patrimônio, que busca reconhecer o protagonismo local das ações educativas de valorização do Patrimônio Cultural, articulando agentes e instituições que possuam envolvimento com o tema e com os bens culturais. Procura-se, ainda, ampliar a capilaridade e privilegiar ações descentralizadas de uma política pública de Educação Patrimonial, em uma perspectiva de construção coletiva que envolva as três instâncias de governo.

c) Instituição de marcos programáticos no campo da Educação Patrimonial. Em razão da ampliação do conceito de patrimônio e da multiplicação de ações educativas em todo o país, há necessidade de normatizar e garantir o cumprimento de diretrizes mínimas da Política Nacional de Educação Patrimonial. Essas diretrizes foram consolidadas nos seguintes documentos: Carta de Nova Olinda (2009), I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural (2009) e Documento do II Encontro Nacional de Educação Patrimonial (2011).

Segundo o relatório do 1º Encontro Nacional de Educação Patrimonial, foi realizado pelo COGEPROM- Coordenação Geral de Promoção do Patrimônio Cultural em conjunto com a 8ª Superintendência Regional do IPHAN, em São Cristóvão no Sergipe de 12 a 17 de setembro de 2005. Contou com a participação de 200 inscritos de todo o país, sendo representantes de universidades, órgãos estaduais e municipais, ONGS, empresas privadas e outros. Seu objetivo foi discutir e propor parâmetros para Educação Patrimonial Nacional desenvolvida nas escolas, museus e na sociedade.

O documento sobre Educação Patrimonial na Escola, do grupo de trabalho do 1º Encontro Nacional de educação Patrimonial, apresenta os seguintes princípios da educação patrimonial:

- .O aluno e a escola possuem saberes. A Educação Patrimonial deve construir o conhecimento a partir da experiência dos alunos;
- .A ação do professor deve partir dos contextos locais e relacionar com as culturas regionais, nacional e mundial;
- .A Educação Patrimonial deve incentivar o espírito crítico;
- .A Educação Patrimonial não é uma matéria ou disciplina. É um campo de estudos, pesquisa e debates, transversal às diferentes disciplinas para estimular atitudes de valorização do patrimônio cultural;
- .A Educação Patrimonial é um instrumento de desenvolvimento de cidadania;
- .A Educação Patrimonial deve ser desenvolvida institucionalmente em articulação com o MEC, as Secretarias de Educação e escolas estaduais e municipais;
- .A Educação Patrimonial na escola deve constar no Plano Político Pedagógico-PPP;

O espaço educativo tem a finalidade de transformar a vida de todos de forma positiva buscando o desenvolvimento e valorização individual e coletiva. Os processos educacionais conduzem a novas visões e aperfeiçoamento de cidadãos críticos e conhecedores do mundo que o circunda, a educação patrimonial permeia estes caminhos para que os valores absorvidos façam parte da vida cotidiana e sejam semeados por todas as gerações. Porém é necessário clareza para a mediação desses processos educativos, pois:

Os conceitos e atribuições elitistas advindos dessa primeira concepção de “patrimônio” são tão significativos que, até os dias de hoje, são os responsáveis por grande parte dos problemas com a questão de pertencimento e valorização dos patrimônios culturais. O senso comum relaciona a expressão patrimônio histórico, com frequência, apenas a prédios, monumentos e demais edificações de notável valor histórico-arquitetônico que, pelo seu caráter de excepcionalidade, devem ser preservados (ORÍ, 2001, p. 131).

O modo de vida e todas suas expressões culturais materiais e imateriais carregam um conjunto de significados que trazem consigo valores do passado que agregam sentidos ao presente, isso faz com que a atual concepção de patrimônio cultural seja muito mais ampla. Conforme as palavras do ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil:

[...] pensar em patrimônio agora é pensar com transcendência, além das paredes, além dos quintais, além das fronteiras. É incluir as gentes. Os costumes, os sabores, os saberes. Não mais somente as edificações históricas, os sítios de pedra e cal. Patrimônio também é o suor, o sonho, o som, a dança, o jeito, a ginga, a energia vital, e todas as formas de espiritualidade de nossa gente. O intangível, o imaterial. (IPHAN, 2008)

A importância da educação patrimonial viabiliza o conhecimento e a valorização das nossas referências culturais inseridas e de outros povos, possibilitando a compreensão partindo de nosso meio sobre outras culturas diversas. Sendo o Brasil um país com uma diversidade cultural abrangente, explorar as influências existentes possibilita a conscientização, curiosidades e o respeito pelos povos e culturas que nos compõem e pelo modo de vida que temos, pois muitos não se identificam como parte da cultura em que está inserido, como cita Sônia Rampim:

É preciso o enfrentamento do desafio de encarar a problemática de que, no Brasil, nem sempre a população se identifica ou se vê no conjunto do que é reconhecido oficialmente como patrimônio cultural nacional. (FLORENCIO, Sônia R., [2016?], p. 24).

Este é um grande desafio, que torna cada vez mais necessário a valorização de políticas públicas que incentivem a educação patrimonial e formações aos educadores para que eles próprios desenvolvam sua visão sobre o patrimônio cultural, ampliando seu repertório e essa mediação contribua para a afirmação das identidades e do mundo que circunda os educandos.

A identidade cultural está relacionada com o sentimento de pertencimento e identificações dos indivíduos de determinada cultura e este sentimento de pertencimento surge a partir das experiências que os seres humanos desenvolvem durante sua vida social, desta forma a educação patrimonial atua contribuindo para este reconhecimento e valorização articulando os saberes dentro de cada contexto cultural.

3 PESQUISA SOBRE A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA EMEB CELSO AUGUSTO DANIEL

O objetivo dessa pesquisa foi a observação sobre como é contemplada a educação patrimonial no ensino fundamental da EMEB Celso Augusto Daniel, localizada no Bairro Cooperativa no Município de São Bernardo do Campo, região da Grande São Paulo.

Em relação à proteção do patrimônio municipal, de acordo com a prefeitura de São Bernardo do Campo, a cidade possui o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de São Bernardo do Campo (COMPAHC-SBC)², que é o órgão de assessoramento e colaboração da administração municipal, em todos os assuntos relacionados com a proteção, preservação e valorização do patrimônio cultural da cidade, que em sua maioria são edificações.

A EMEB Celso Augusto Daniel foi inaugurada em 23 de junho de 2012 e em sua fundação foi nomeada como Centro Educacional Unificado (CEU) Celso Augusto Daniel, sendo alterada sua nomenclatura para Escola Municipal de Ensino Básico (EMEB) em 2018. A escola atende alunos na creche, educação infantil, ensino fundamental I e educação de jovens e adultos. A escola está localizada no Conjunto habitacional Três Marias, uma região periférica afastada do centro da cidade, sendo um complexo educacional de grande importância para os habitantes da comunidade em que está inserida e para os moradores das proximidades.

Discorrendo sobre a história da região, sobre o Conjunto habitacional Três Marias, onde está localizada a unidade escolar, é possível verificar um pequeno panorama das características da população do entorno, dos educandos e seus familiares.

De acordo com a publicação do site da Secretaria de Habitação de São Bernardo do Campo (BORBA, 2015), o Conjunto habitacional Três Marias foi construído para remanejar as pessoas que estavam vivendo em assentamentos, em situação de risco, alojamentos construídos de forma precária às margens do Córrego dos Alvarengas e seus afluentes, contribuintes da Represa Billings (responsável pelo abastecimento de água da região do Grande ABC Paulista). O Conjunto habitacional foi concluído em 2013, com moradias para 1.236 famílias, em 52 edifícios. Como parte do projeto foram instalados na região parque, centro comercial para atender os comércios removidos, a Escola Municipal de Educação Básica Celso Augusto Daniel, o Centro de Apoio à Reciclagem e um pequeno terminal de

² COMPAHC-SBC. Disponível em: <<http://www.saobernardo.sp.gov.br/web/sbc/compahc>>

ônibus. A conclusão desse projeto proporcionou à população a redução da vulnerabilidade e inclusão social. Essa ação integrada, que garante, além de moradia, educação e melhorias sociais e ambientais, com a recuperação de áreas de mananciais e no urbanismo da região certificou a indicação do Conjunto Habitacional Três Marias ao prêmio na categoria ‘Impacto Regional’ no 62º Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social, em Campinas, o Selo de Mérito 2015, oferecido pelo Fórum Nacional de Secretários de Habitação e Desenvolvimento Urbano e pela Associação Brasileira de COHAB (Companhia de Habitação Popular) e Agentes Públicos de Habitação.

Figura 1 – Imagem aérea do Conjunto habitacional
Três Marias, SBC, 2015.



Fotógrafa: Raquel Toth (2015).

Segundo relatos de moradores da região, a população que habita no Conjunto habitacional Três Marias em sua maioria é de migrantes nordestinos ou descendentes que vieram para esta região em busca de trabalho e melhores condições de vida. Por se tratar de uma região onde a população não é beneficiada economicamente nota-se ainda uma grande vulnerabilidade social. No entorno da comunidade não há nenhum equipamento cultural, apenas o Instituto Cativar, que é uma organização não governamental que atua em parceria com a prefeitura nos programas de educação integral dentro da escola. Os jovens e as crianças da região são influenciados principalmente pelo ritmo do funk. Por todo este contexto a escola tem um papel fundamental dentro da comunidade, de transformar a vida dos educandos, a partir de seu repertório e necessidades, incluir conhecimentos e valores que lhes garantem o direito de cidadãos com possibilidades de escolhas e de buscar um mundo melhor. A equipe gestora e todo corpo docente zela pelos educandos, observando sua vida escolar e tentando compreender junto às famílias as dificuldades que apresentarem em seu desenvolvimento.

A pesquisa foi realizada com vinte docentes da EMEB Celso Augusto Daniel. O questionário contendo dez questões foi estruturado com informações sobre o perfil do professor entrevistado, sobre sua compreensão acerca do patrimônio cultural, dos direitos culturais e diversidade cultural, como desenvolvem a educação patrimonial dentro do processo educativo e quais suas restrições acerca deste desenvolvimento. O questionário foi distribuído em folhas impressas, respondido e recolhido para a análise dos dados. Também foram feitas entrevistas com a equipe gestora da unidade escolar, onde forneceram informações sobre o perfil dos habitantes da comunidade onde a escola está inserida, sobre o PPP e Programas de educação integral que são realizados na escola.

De acordo com o levantamento feito por meio da pesquisa realizada com os docentes da EMEB Celso Augusto Daniel em relação à compreensão que apresentam sobre o que é considerado como patrimônio cultural foi a seguinte:

Treze professores dos 20 entrevistados reconhecem o patrimônio cultural como a cultura de determinada região e o que é produzido por este povo, como se pode observar nas seguintes respostas:

Para o entrevistado 1: “Patrimônio cultural engloba toda a riqueza cultural de uma região, seus costumes, manifestações históricas e artísticas.”

Para o entrevistado 2: “Patrimônio cultural é tudo que é produzido por uma determinada região, devido seu valor expressivo torna-se patrimônio.”

Para o entrevistado 3: “Toda e qualquer expressão que se perpetua na história pela sua qualidade e contribuição para a formação e identidade de um povo”

Para o entrevistado 4: “Ao meu ver patrimônio cultural são as manifestações da população, envolvendo arte, danças, músicas e inúmeras tradições existentes em cada região.”

Nas demais respostas dentro desses 65% dos entrevistados pode-se observar que em sua maioria os docentes da unidade escolar pesquisada possuem entendimento sobre o que representa o patrimônio cultural de forma geral, no que se refere à constituição de sua essência, como foi indicado nos conceitos sobre patrimônio.

Entre os professores entrevistados, sete responderam enfatizando o patrimônio cultural como valores do passado, como se pode observar nas seguintes respostas:

Para o entrevistado 1: “Patrimônio cultural é tudo que valoriza, preserva e cuida da memória, parte da história para entender o local em que se vive e reconhecer a sua própria cultura.”

Para o entrevistado 2: “Patrimônio cultural é tudo aquilo que faz parte da nossa história e foi tombado como herança para que preserve o passado garantindo que todos conheçam a nossa história e cultura deixada por nossos antepassados.”

Para o entrevistado 3: “É o conjunto de todos os bens, manifestações populares: tradições materiais e imateriais que reconhecemos de nossos ancestrais que transmitem a importância da cultura dos povos, comunidades.”

Neste sentido observa-se que os docentes, 25% entrevistados, compreendem o significado sobre patrimônio cultural como uma construção de significados que ficaram apenas no passado. Suas colocações têm coerência, porém essas referências que nos foram dadas e que formam a nossa identidade não ficaram ou ficam estacionadas no tempo, também irão se propagar para as gerações futuras, não sendo um bem do passado apenas contemplado no presente, mas sim que faz parte da vida cotidiana, como segue nas palavras de Carlos Rodrigues Brandão:

Não se trata, portanto, de pretender imobilizar, em um tempo presente, um bem, um legado, uma tradição de nossa cultura, cujo suposto valor seja justamente a sua condição de ser anacrônico com o que se cria e o que se pensa e vive agora, ali onde aquilo está ou existe. Trata-se de buscar, na qualidade de uma sempre presente e diversa releitura daquilo que é tradicional, o feixe de relações que ele estabelece com a vida social e simbólica das pessoas de agora. O feixe de significados que a sua presença significativa provoca e desafia (BRANDÃO, 1996, p. 51).

Além de ser possível afirmar que hoje o conceito de patrimônio cultural foi bastante ampliado pela Constituição de 1988, sendo resultado de um longo processo de ressignificação que inclui as inúmeras áreas do conhecimento. Como é apontado na publicação “Dicionário do Patrimônio Cultural” no Portal do IPHAN³ sobre os processo e redefinições do termo ao longo do tempo, é possível verificar que não se trata de um conceito definido, mas sim que vêm sendo construído ao longo da história, como segue:.

É preciso, pois, ter sempre em vista que se trata de uma concepção em processo, e que envolve perspectiva multidisciplinar, considerando que cada período da história está voltado para determinados interesses que vão, de alguma forma, alterar e interferir no significado que podemos dar ao termo bem cultural.

Ao longo dos anos foram organizadas diversas reuniões e convenções internacionais e nacionais que debateram sobre as considerações sobre os bens culturais, a importância dos bens para as nações e a elaboração de documentos, leis e medidas para assegurar as devidas regulamentações para sua valorização e proteção de acordo com as considerações de bens culturais que é relativo para cada povo. Assim como foi citado à cima, no Brasil as definições sobre patrimônio cultural vêm se

³ Portal do IPHAN- Dicionário do Patrimônio Cultural. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/79/bem-cultural>>

ampliando e ressignificando ao longo do tempo, desta forma amplia-se a perspectiva de patrimônio cultural, aproximando cada vez mais as fronteiras entre o patrimônio e a cultura. Se a princípio o patrimônio visava à proteção dos bens materiais de valor histórico e artísticos que de certa forma eram de apreciação elitista, hoje o fazer popular se faz presente dentro da vasta gama de bens culturais de preservação e de valores de nossa nacionalidade, sem distinção de classe social, pois está inserido em nossas expressões e no nosso modo de ser. Dessa forma a educação patrimonial carrega dentro de suas práticas a valorização cultural, busca pela autoestima e reconhecimento de valores próprios.

Um dos princípios propostos para a educação patrimonial de acordo com o documento do 1º Encontro Nacional de Educação Patrimonial aponta para sua existência dentro do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. De acordo com os objetivos apresentados no PPP da escola, a educação patrimonial apresenta-se incluída nas diversas disciplinas que são desenvolvidas em sala de aula, porém por meio das respostas dos docentes é possível verificar que eles não possuem a total ciência de que constantemente desenvolvem a educação patrimonial em sala de aula inserida nas diversas disciplinas.

O Projeto Político Pedagógico da EMEB Celso Augusto Daniel é constituído pelos objetivos e conteúdos que traçam o desenvolvimento das práticas educacionais de todos os anos ciclos, creche, ensino infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos (EJA), que direcionam as atividades desenvolvidas em todas as áreas de conhecimento. É composto pelo planejamento anual dos docentes divididos em três trimestres, onde os objetivos e conteúdos são traçados de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais e os conceitos da Base Nacional Comum Curricular. Desta forma, é possível observar por meio da pesquisa que em relação ao ensino de conteúdos trabalhados em sala de aula que apresentam abordagens sobre o patrimônio cultural, os 20 professores pontuaram que desenvolvem da seguinte forma:

Quatro professores apontaram que desenvolvem com histórias e roda de conversa.

Três professores apontaram: leitura de livros, textos e imagens.

O entrevistado 1 indica: “Trago para sala de aula através de textos, conversas, vídeos, imagens, entre outros...” Em acordo com a resposta do docente, no PPP da unidade escolar pesquisada contempla os seguintes objetivos em Língua Portuguesa que estão relacionados à educação patrimonial: No 1º ano: valorizar os textos de tradição oral, reconhecendo-os como manifestações culturais; narrar mitos e lendas conhecidos e relatar acontecimentos respeitando a temporalidade e o encadeamento dos fatos. No 2º ano: reescrever texto de memória (parlendas e cantigas). No 4º ano os objetivos são: produzir textos dos gêneros previstos considerando suas características, (textos informativos, contos e lendas: indígenas e africanos); Reescrever textos dos gêneros contos e lendas: indígenas e africanos,

preocupando-se em utilizar procedimentos de escritor tais como: paragrafação, pontuação, segmentação e regularidades ortográficas. E no 5º ano os objetivos apresentados são: produzir textos dos gêneros contos de artimanhas e lendas com coerência, com domínio da separação em palavras e utilizando recursos do sistema de pontuação. Dessa forma esses objetivos apresentados na disciplina de Língua Portuguesa, além de trabalhar as questões relacionadas à leitura, escrita, conto, produção e interpretação de textos também proporcionam a educação patrimonial, o desenvolvimento sobre nossa Língua com conteúdos que valorizam o nosso folclore e a diversidade cultural, como também foi pontuado em outras respostas.

Quatro professores apontaram que desenvolvem com vivências, cantigas, brincadeiras e temas sobre o folclore.

O entrevistado 2 aponta que: “Para garantir que meus alunos acessem o patrimônio priorizo a leitura de histórias pertencentes ao nosso folclore, músicas, cantigas, festas populares também são inseridas nas aulas.”

O entrevistado 3 indica que: “Na alfabetização utilizo cantigas, brincadeiras de roda entre outros que fazem parte do repertório cultural da criança para alcançarem seu aprendizado, por exemplo.”

Essas respostas afirmam a educação patrimonial presente no PPP da escola, contemplada na disciplina de Língua Portuguesa, no 1º ano do Ciclo I, como exemplo: Participar oralmente das cantigas populares; identificar cantigas apresentadas pelo professor; ampliar o repertório de cantigas populares.

Dois professores apontaram que desenvolvem em datas comemorativas.

O entrevistado 4 indica que: “Damos ênfase em projetos e também em datas cívicas.”

Dois professores apontaram que desenvolvem em projetos pedagógicos.

O Entrevistado 5 aponta que: “Pode ser trabalhado com os alunos em projetos, atividades e vivências.”

Dois professores apontaram que desenvolvem na interdisciplinaridade, que se refere a uma relação de conteúdos entre disciplinas e na transversalidade, que de acordo com o MEC os temas transversais buscam desenvolver a cidadania com questões sociais apresentando temas como a ética, meio ambiente, pluralidade cultural e saúde, incorporadas às disciplinas do currículo escolar. De acordo com um dos princípios da educação patrimonial previsto no

documento do IENEP⁴, 2005: “A Educação Patrimonial não é uma matéria ou disciplina. É um campo de estudos, pesquisa e debates, transversal às diferentes disciplinas para estimular atitudes de valorização do patrimônio cultural”. Também é possível identificar os princípios da educação patrimonial inseridos no PPP, nas abordagens desenvolvidas pelos docentes de forma transversal, incluindo os projetos pedagógicos elaborados na unidade escolar. Importante evidência que potencializa a educação patrimonial nos ambientes educacionais, como aponta Sônia Rampim:

No que se refere à prática educativa, é preciso considerar o patrimônio cultural como tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, ato essencial ao processo educativo para potencializar o uso dos espaços públicos e comunitários como espaços formativos. (FLORÊNCIO, Sônia R., [2016?], P.26)

Além de inclusão dos temas transversais no currículo das escolas brasileiras é uma proposta metodológica dos PCNs. De acordo com o texto: Projetos atingem as escolas, da Revista eletrônica do IPHAN, com a inclusão dos temas transversais o currículo ganha flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais e que novos temas sempre podem ser incluídos.

Dois professores apontaram que desenvolvem a educação patrimonial nas aulas de História, como registro do tempo e em temas relacionados à história da cidade.

São desenvolvidos os seguintes objetivos do PPP na disciplina de História relacionados à educação patrimonial do 1º ano ao 2º ano: identificar-se como membro de uma família que está inserida na comunidade, conhecendo sua história, respeitando as diferenças e valorizando seu espaço e o tempo (cronologia); identificar a importância dos relatos e fotografias na construção da sua história; comparar acontecimentos no tempo, tendo como referencia anterioridade, posterioridade e simultaneidade, a partir de sua história de vida pessoal; conhecer a história de brincadeiras populares. Conhecer o lugar onde vivemos; reconhecer-se como participante e agente da história da comunidade onde vive; reconhecer algumas diferenças e semelhanças dos agrupamentos e dos movimentos sociais mais significativos do bairro (família, a escola e a comunidade). Reconhecer algumas permanências e transformações sociais econômicas e culturais que ocorreram no bairro em diferentes tempos.

No 3º ano também em História apresentam os seguintes objetivos de acordo como PPP: conhecer sua história de vida e perceber-se como indivíduo que tem identidade própria;

⁴Documento do grupo de trabalho do I Encontro Nacional de Educação Patrimonial, SE, 2005. Disponível em:<
http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/educacao_patrimonial_na_escola.pdf>

reconhecer o respeito mútuo e a necessidade de regras como condição necessária ao convívio social; entender a história como a construção do homem dentro de um espaço que vai sendo transformado por sua ação e pela ação da natureza. E em Geografia no mesmo ano ciclo: perceber espaço onde vive valorizando-o e preservando-o: casa e escola e o entorno; reconhecer algumas permanências e transformações sociais, econômicas e culturais nas vivências das famílias, da escola e da coletividade, no tempo e no mesmo espaço de convivência.

No 4º ano, em História, apresentam os seguintes objetivos de acordo com o PPP: identificar e expressar (oralmente, graficamente e por escrito) as características comuns e particulares aos membros de outros grupos de convívio, locais e regionais, atualmente e no passado; conhecer e valorizar as relações entre as pessoas e o lugar: os elementos da cultura, as relações afetivas e de identidade com o lugar onde vive. Compreender por meio do processo histórico, a formação e a atual constituição do povo brasileiro. Reconhecer elementos culturais indígenas e africanos; compreender as contribuições indígenas e africanas como elementos de constituição das identidades e da cultura nacional; valorizar a diversidade cultural como elemento de constituição das identidades. Desta forma, segue dentro desses objetivos a contemplação de temas valorizando a diversidade cultural e em acordo com a Lei nº 11.645, de 2008, que incluir a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" no currículo educacional, como também pode ser observada em outras disciplinas a exemplo de Língua Portuguesa também. Assim como segue no 5º ano os objetivos em História que contemplam a diversidade cultural: identificar os diferentes povos que constituem a população brasileira. Identificar no Brasil as influências culturais vindas da Ásia e Oceania. Identificar características das regiões Nordeste e Sudeste (vegetação, povos e cultura).

É possível verificar que a disciplina de História possui uma grande quantidade de objetivos e conteúdos que contemplam a educação patrimonial em todos os anos ciclos, porém poucos professores apontaram e reconheceram o desenvolvimento da educação patrimonial dentro desta disciplina.

Dois professores apontaram que desenvolvem em apresentações culturais.

O entrevistado 8 indica que: “Podemos abordar esse tema com os educandos na teoria e praticando as diversas culturas como em danças, música, etc.” Essas apresentações ocorrem principalmente como propostas dos projetos pedagógicos realizados na unidade escolar em parceria com as aulas de arte em todos os processos de elaboração dos projetos.

Apenas o entrevistado 9 indica que: “Garantimos nas aulas de arte e história de forma dinâmica, roda de conversa e visita à centros culturais.” Tendo em vista que são realizados passeios a instituições culturais como o SESC, Sala São Paulo, teatros e alguns museus, porém estes passeios acontecem muito esporadicamente e não atendem os educandos em sua totalidade, devido à falta de verba necessária a que é destinada para estes fins, como indica a gestão da unidade.

Além dos apontamentos feitos pelos docentes, o PPP ainda aponta para outras abordagens que envolvem a educação patrimonial que não foram mencionadas, como na disciplina de Geografia, por exemplo, no 2º ano: reconhecer as transformações ocorridas no bairro; identificar a presença da natureza na paisagem local em diferentes momentos históricos. Conhecer os hábitos cotidianos, as relações de trabalho e formas de lazer da comunidade local. Reconhecer algumas permanências e transformações sociais, econômicas e culturais nas vivências das famílias, da escola e da coletividade, no tempo e no mesmo espaço de convivência. No 4º ano: conhecer mapas do Brasil e do mundo em diferentes períodos históricos; compreender a divisão e a organização político – administrativo do Brasil em estados e regiões. Identificar os setores de atividade econômica; associar a presença de atividades agrícolas e industriais ao campo e a cidade no Brasil.

Em matemática também é possível identificar alguns objetivos propostos no PPP, como por exemplo, no 3º ano: construir o significado de número natural a partir de seus diferentes usos no contexto histórico e social e no 4º ano: utilizar o Sistema Monetário Brasileiro em situações-problema. Em Ciências Naturais no 5º ano: compreender a necessidade de atitudes favoráveis com relação à preservação do meio ambiente.

Foi possível observar por meio da pesquisa realizada que os professores muitas vezes desempenham essas atividades relacionadas à educação patrimonial sem a sua plena concepção. Os objetivos e conteúdos trabalhados contemplam o tema, mas nem sempre os professores estão cientes de que dentro da interdisciplinaridade esses conteúdos também estão contemplando a educação patrimonial cotidianamente. A escola desenvolve ações voltadas à educação patrimonial, contudo também é necessária a conscientização plena pelos docentes sobre o assunto para o enriquecimento de seu repertório e mediá-lo aos educandos. Desde o surgimento de ações pensadas para educação patrimonial até os dias atuais muitas concepções foram desenvolvidas para a evolução de suas práticas educativas:

A Educação Patrimonial, pensada como campo específico de políticas públicas para o patrimônio cultural, superou as ações centradas nos acervos e construções isoladas para a compreensão dos espaços territoriais como um documento vivo, passível de leitura e interpretação por meio de múltiplas

estratégias educativas. Deve, portanto, ser entendida como eficaz em articular saberes diferenciados e diversificados, presentes nas disciplinas dos currículos dos níveis do ensino formal e, também, no âmbito da educação não formal. (FLORÊNCIO, [2016?], p. 24).

Desta forma é importante a apropriação e relevância do tema por parte dos docentes para uma melhor articulação entre as práticas e sua contribuição para os educandos, tendo a educação patrimonial como instrumento de grande valor para a compreensão e valorização do contexto sociocultural em que vivem. Como seguem nas palavras de Paulo Freire:

“Educar é construir, é libertar o homem do determinismo, passando a reconhecer o papel da História e onde a questão da identidade cultural, tanto em sua dimensão individual, como em relação à classe dos educandos, é essencial à prática pedagógica.” (FREIRE, Paulo, 1987, p. 58)

Dos vinte professores entrevistados, oito indicaram que a maior dificuldade em trabalhar os conteúdos relacionados ao patrimônio cultural é a falta de contato com expressões e ambientes que proporcionem interação cultural para ampliar o repertório e desenvolvimento do tema, como visitas à museus e outros espaços culturais. Sete professores apontaram a falta de conteúdos nos livros didáticos para expor o tema, quatro professores indicaram que a maior dificuldade é a falta de conhecimento dentro de sua área de atuação e um professor indicou que não possui relevância dentro dos conteúdos.

Em sua maioria, os professores valorizam as atividades desenvolvidas por meio do projeto de educação integral na escola, principalmente para não propiciar que os educandos estejam expostos a situações de vulnerabilidade.

A pesquisa também indica que apenas um professor não considera pertinente a inclusão sobre diversidade cultural e o cumprimento da Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena em todas as escolas dentro de seus conteúdos. O que aponta para que em sua maioria, os docentes da unidade escolar pesquisada considerem relevantes as abordagens que envolvam o tema, mesmo que não seja uma prática constante para todos, é importante, principalmente pelo fato de grande parte dos alunos serem afrodescendentes, para conhecer, valorizar e respeitar a cultura ancestral que muitas vezes não é reconhecida por eles mesmos.

3.1. O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS AULAS DE ARTE DA EMEB CELSO AUGUSTO DANIEL

Segundo Ana Mae Barbosa (2012, p. 19):

Por meio da Arte é possível desenvolver a percepção e a imaginação, apreender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica,

permitindo ao indivíduo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada.

Como Ana Mae Barbosa afirma, a disciplina de arte possibilita aos educandos manifestar, criar suas expressões e aguçar o olhar do mundo que o circunda. A criação, a fruição de ideias, são absorvidas e desenvolvidas por meio da sensibilidade e reflexão a cerca da realidade existente.

O corpo docente da EMEB Celso Augusto Daniel possui quatro professoras da disciplina de artes, para o atendimento de vinte e quatro turmas do ensino fundamental, distribuídas em dois períodos, doze turmas no período da manhã e doze turmas no período da tarde sendo duas professoras de arte lecionando em cada período. As aulas de arte acontecem duas vezes durante a semana com duração de uma hora cada aula. O plano anual da disciplina de artes é elaborado em conjunto entre as professoras da disciplina, tendo como princípio os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a partir de sua vigência também segue com as competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que contempla os objetivos da disciplina no Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade escolar. Os conteúdos visam contemplar as diferentes linguagens artísticas, técnicas diversificadas e direcionadas de acordo com cada ano ciclo.

As atividades em artes visuais são desenvolvidas relacionando os conteúdos à explicação teórica, apresentação de imagens e relacionando a elementos do cotidiano ou do contexto histórico que se está abordando, para desenvolver a experimentação, a criação do educando com base no entendimento que absorveu.

Em nossa vida diária, estamos rodeados por imagens impostas pela mídia, vendendo produtos, ideias, conceitos, comportamentos, slogans políticos etc. Como resultado de nossa incapacidade de ler essas imagens, nós aprendemos por meio delas inconscientemente. A educação deveria prestar atenção ao discurso visual. Ensinar a gramática visual e sua sintaxe através da arte e tornar as crianças conscientes da produção humana de alta qualidade é uma forma de prepará-las para compreender e avaliar todo tipo de imagem, conscientizando-as de que estão aprendendo com estas imagens. (BARBOSA, 1998, p. 17).

O ensino da arte segue em acordo com a proposta idealizada por Ana Mae Barbosa, a principal referência no ensino de arte educação no Brasil, pioneira na proposta triangular do ensino da arte, onde essa proposta procura englobar vários pontos de ensino-aprendizagem ao mesmo tempo, entre os principais estão: a leitura de obras artísticas, a qual considera a pertinência, o esclarecimento e a abrangência, não se restringindo ao certo ou errado; o estímulo ao fazer artístico, não como cópia, mas, como interpretação, transformação e criação; a contextualização, relacionando a História da Arte com outras áreas do conhecimento e prática artística (o fazer).

Como professora de arte da unidade escola pesquisada citarei como exemplo as atividades relacionadas à cultura egípcia realizadas com os alunos do 5º ano. No livro didático *Ápis-arte* da editora Ática, apresenta um capítulo sobre o continente africano e suas variadas culturas existente em cada região e entre elas sobre a cultura egípcia, em concordância com a Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena em todas as escolas dentro de seus conteúdos.

Em viagem ao Egito, eu adquiri alguns materiais utilizados como exemplo da arte egípcia, como pinturas em papiro com a lei da frontalidade, pinturas realizadas no antigo Egito, onde as figuras aparecem sempre com o corpo e olhos de frente e os membros e cabeça de lado e o papiro que foi um dos primeiros tipos de papel criado. Sendo este material, além de outras imagens utilizadas como leitura de obra para os alunos, sobre as técnicas, sobre o período e o que queriam representar, serviu como discussão sobre como era o antigo Egito, os reinados dos faraós e como toda arte produzida era voltada para seu poder, como as Pirâmides de Gisé, sua importância como patrimônio cultural para a história humana, uma das sete maravilhas do mundo e a mais antiga existente, que eram tumbas faraônicas e as máscaras mortuárias, de ouro e pedras preciosas que serviam para colocar na face da múmia dos faraós. A discussão girou em torno de minhas explicações, perguntas, comparações e opiniões dos alunos sobre toda a exuberância e importância desta que foi uma das primeiras grandes civilizações do mundo, sua localização, nas margens do rio Nilo, ao norte do continente africano no deserto do Saara, sua cultura, seu povo, que possui um dos patrimônios culturais mais antigos da humanidade e agora na contemporaneidade como se apresenta, sendo uma cultura 90% muçulmana, com características bem discrepantes da antiguidade e de nossa cultura, que levaram os alunos a refletirem e aguçar a curiosidade, além de tentar compreender o modo de vida de outros povos que são muito diferentes do nosso.

Após a apreciação de diversas imagens e discussão o fazer artístico foi desenvolvido por meio de desenhos de figuras humanas com a lei da frontalidade, pintura sobre paisagens que remetem ao Egito, recorte e colagem com referência à máscara mortuária do faraó Tutankhamon, como segue na imagem seguinte. Também foram realizadas outras atividades que apresentaram a diversidade da cultura africana, como seus mitos, música e dança, que também influenciaram a cultura afro-brasileira e a semelhança do continente africano com o Brasil, onde cada região possui características culturais distintas.

Figura 2- Atividades realizadas pelos alunos do 5º ano sobre a Arte Egípcia, EMEB Celso Augusto Daniel, 2017.



Fotografia: arquivo pessoal (2017)

As imagens sempre nos serviram como forma de comunicação, desde o homem pré-histórico até os dias atuais, para transmitir suas infinidades de informações, em qualquer que seja o período, contexto e cultura.

De acordo com a proposta de Ana Mae Barbosa, é importante aprender a observar as imagens e proporcionar aos educandos uma forma de avaliação crítica sobre o que é exposto sobre o mundo que nos rodeia. Em acordo com um dos princípios da educação patrimonial do documento do IENEP, 2005, segue: “A Educação Patrimonial deve incentivar o espírito crítico”. Se apropriando da Proposta Triangular do ensino da arte, as atividades relacionadas ao patrimônio cultural são desenvolvidas por meio de leituras, apresentação de imagens, discussão acerca da importância dos bens por serem considerados como patrimônio e a diferença sobre patrimônio cultural material e imaterial. Os livros didáticos (Ápis - arte, Editora Ática) utilizados na disciplina de arte contribuem com temas relacionados ao patrimônio cultural e diversidade que auxiliam nas leituras e discussão sobre os assuntos, com textos, ilustrações e propostas de atividades. Temas sobre a História da arte situando os movimentos, artistas e suas produções dentro do tempo, possibilitam o conhecimento sobre biografias, técnicas referências de criações próprias dos educandos. A observação e exploração da paisagem do entorno da escola é utilizado como referência para reflexões e ilustrações. A abordagem sobre o patrimônio cultural imaterial envolve principalmente as manifestações da cultura popular, explicação sobre sua origem, influências, região, características, períodos de destaque, sonoridade, figurinos, adereços, literatura de cordel, entre outras.

Figura 3- Atividades de Xilogravura realizadas pelos alunos do 2º ano sobre Literatura de cordel, EMEB Celso Augusto Daniel, 2018.



Fotografia: arquivo pessoal (2018)

São apresentadas imagens, leituras, vídeos, apresentação de músicas e instrumentos relacionados à cultura popular, trabalhados com técnicas e linguagens diversas. Os educandos aprendem canto e dança das manifestações populares como: quadrilha, frevo, bumba meu boi, afoxé, maracatu, folia de reis, entre outros. A diversidade cultural é abordada dentro de todos os temas que envolvem a educação patrimonial na disciplina de arte, trabalhado pelos professores nas leituras de lendas, mitos, africanos, indígenas, contações de histórias, ilustrações e grafismos com técnicas variadas, cartazes, fantoches, canto e dança, bem como apresentação de repertórios musicais, confecção de instrumentos, apresentação de vídeos de música e dança que envolve a cultura de diversas etnias existentes e as influências na cultura de nossa sociedade.

Figura4- Atividades desenvolvidas pelos alunos do 5º ano, sobre pintura Indígena, EMEB Celso Augusto Daniel, 2017



Fotografia: arquivo pessoal (2017)

Esses conteúdos inserem aos educandos a valorização, o reconhecimento e o respeito à diversidade cultural que formam a identidade de cada povo, como aponta Sônia Rampim:

A Educação Patrimonial deve ser tratada como um conceito basilar para a valorização da diversidade cultural, para o fortalecimento de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo e como um recurso para a afirmação das diferentes maneiras de ser e de estar no mundo. (FLORENCIO, [2016?], p. 24)

Encenações teatrais e repertórios musicais variados, com interpretação das letras, de forma lúdica para os menores e forma mais reflexiva para os maiores, interligando com o a nossa realidade, também são propostas elaboradas pelos professores aos alunos.

Para a realização de todas as atividades após a introdução, a participação dos educandos é fundamental, a abertura do espaço para expor seu entendimento, conhecimento próprio, ou suposições, dúvidas, são fios mediadores para o desenvolvimento do conteúdo a ser aplicado. Seguindo em acordo aos princípios da educação patrimonial do documento do IENEP, 2005: “O aluno e a escola possuem saberes. A Educação Patrimonial deve construir o conhecimento a partir da experiência dos alunos”.

Em alguns momentos nota-se um estranhamento quando lhes é apresentado uma cultura distante de sua realidade, mas conforme este entendimento vai se associando a outros conhecimentos já existentes torna-se mais acessível à compreensão e o interesse. A educação patrimonial presa pela valorização da cultura partindo de suas referências locais, porém “não se trata, portanto, de limitar as vivências simbólicas e educativas a um único contexto cultural específico. Não se trata de cair em um “localismo esterilizante” (BRANDÃO, 1996, p. 73). Estando em acordo com um dos princípios da educação patrimonial: “A ação do professor deve partir dos contextos locais e relacionar com as culturas regionais, nacional e mundial”.

As discussões acerca dos temas propostos partem do entendimento dos educandos e sobre suas referências cotidianas que trazem reflexões sobre a diversidade cultural existente próxima e distante de sua realidade, para um entendimento que os faça conhecer, respeitar e valorizar cada vez mais sua cultura e as diversas culturas existentes no mundo.

Faz-se necessário destacar a importância de formações específicas aos professores especialistas, pois há carência de mais formações que forneçam instrumentos para um melhor desenvolvimento de práticas educacionais na área de arte, assim como todos os docentes precisam sempre de recursos para sua atualização e melhor condução das aulas, para conseguirem contemplar com maior êxito a formação do educando.

3.2 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DESENVOLVIDA NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DA EMEB CELSO AUGUSTO DANIEL

Consta no Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade escolar Celso Augusto Daniel o desenvolvimento de projetos coletivos constituídos por meio do trabalho interdisciplinar, a inter-relação entre duas ou mais disciplinas, durante todo o ano de acordo com o tema proposto, associados aos conteúdos anuais, desde o ensino infantil, ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo como produto final a apresentação dos trabalhos realizados pelos educandos, brincadeiras, apresentações musicais, dança, teatro, oficinas, para as famílias e para a comunidade onde se localiza a escola. No dia da realização final do projeto, também são apresentadas as atividades desenvolvidas pelo programa de educação integral Mais Tempo de Escola, como Capoeira, apresentações de música, dança, etc. As apresentações e exposições ocorrem de acordo com o calendário escolar municipal, geralmente aos sábados letivos.

Os temas dos projetos são escolhidos em reuniões pedagógicas com o corpo docente de todos os ciclos, coordenação e gestão, ao qual se encaixa em concordância com as necessidades identificadas no ambiente escolar e pela comunidade. De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 11/2010 para o Ensino Fundamental de nove anos:

Quando os conhecimentos escolares se nutrem de temas da vida social, também é preciso que as escolas se aproximem mais dos movimentos que os alimentam, das suas demandas e encaminhamentos. Ao lado disso, a interação na escola entre os conhecimentos de referência disciplinar e aqueles provenientes das culturas populares pode possibilitar o questionamento de valores subjacentes em cada um deles e a necessidade de revê-los, ao mesmo tempo em que permite deixar clara a lógica que preside cada uma dessas formas de conhecimento e que os torna diferentes uns dos outros, mas não menos importantes (BRASIL, 2013, p. 115-116).

Em concordância com esse parecer, segue como exemplo os temas dos últimos projetos desenvolvidos na EMEB Celso Augusto Daniel:

Projeto Regiões, ao qual desenvolveu assuntos relacionados à cultura de todas as regiões brasileiras, pesquisando, conhecendo, identificando e apresentando os temas pesquisados em exposições, com cenários caracterizados com elementos culturais de cada região pesquisada, como meio ambiente, fauna e flora, localização geográfica, alimentação, lendas e mitos, festas populares, vestimentas, música, etc. Composto pelos trabalhos desenvolvidos pelos educandos, que estimulou a curiosidade, o respeito e a valorização da diversidade cultural existente em nosso país.

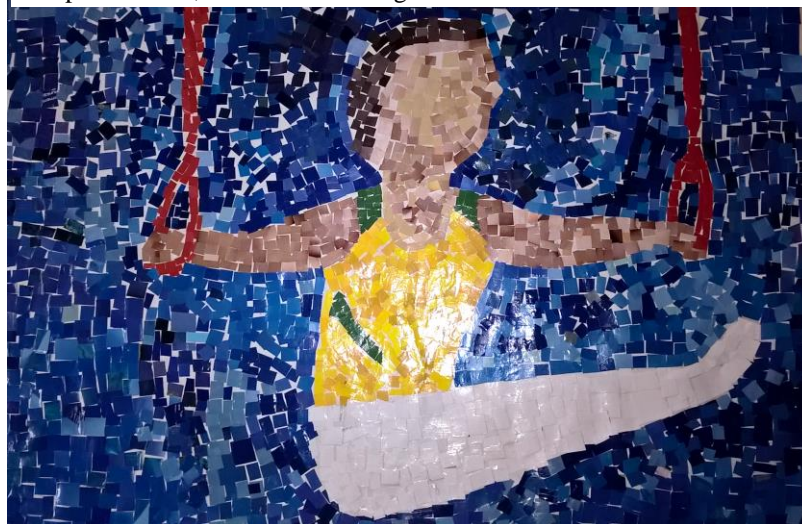
Figura 5- Atividades desenvolvidas pelos alunos no Projeto Regiões, EMEB Celso Augusto Daniel, 2016.



Fotografia: arquivo pessoal (2016)

O Projeto Olimpíadas 2016, foi desenvolvido com exposições de atividades elaboradas pelos alunos com técnicas variadas e pesquisas realizadas sobre as curiosidades que envolvem todos os países e seus atletas participantes. Semelhante a este projeto o Projeto Copa 2018 também desenvolveu atividades e pesquisas sobre todos os países participantes, ao qual cada turma representava um país, conhecendo não só questões relacionadas aos esportes como também toda cultura e curiosidades sobre os povos diversos.

Figura 6 – Atividade desenvolvidas pelos alunos do 3º ano, Mosaicos das Olimpíadas 2016, EMEB Celso Augusto Daniel.



Fotografia: arquivo pessoal (2016)

O projeto Gentileza gera gentileza, foi elaborado desenvolvendo questões sobre a cultura de paz, o zelo pelo espaço em que convivemos da escola e comunidade, o convívio em grupos, a tolerância e o respeito ao outro e as diferenças. Este projeto é um projeto muito importante para nossa unidade escolar, por se tratar de diversas questões que são pertinentes a serem trabalhadas no cotidiano, dentro e fora da escola. De acordo com PPP da EMEB Celso Augusto Daniel 2018, o projeto tem como objetivo envolver os alunos no cotidiano da escola para o resgate dos valores relacionados à ética e a cidadania, voltado para a reflexão sobre os princípios éticos e morais, sobre os direitos humanos, demonstrando que o nosso direito termina onde começa o do outro. O intuito de desenvolver o espírito de solidariedade e o respeito mútuo, visando à redução da violência, da indisciplina, da intolerância e a valorização da vivência em grupo. Em concordância com um dos princípios da educação patrimonial do documento do IENEP, 2005 indica que: “A Educação Patrimonial é um instrumento de desenvolvimento de cidadania”. Sendo um projeto que busca fazer parte do cotidiano da unidade escolar, as ações vêm se desenvolvendo há mais de três anos com diversas ações.

Figura 7 – Alunos da EMEB Celso Augusto Daniel na Caminhada pela Gentileza, Conjunto habitacional Três Marias, SBC, 2015



Fotografia: Ilka Lopes (2015)

Nestas ações foram realizadas caminhadas no entorno da escola e comunidade, com todos os envolvidos no projeto, a gestão da unidade escolar, o corpo docente, os educadores do programa de educação integral Mais Tempo de Escola e os educandos, distribuindo cartões com mensagens de paz aos moradores e ao final de uma das caminhadas os educandos soltaram balões coloridos como sinal de paz e afeto na comunidade.

Figura 8- Caminhada pela Gentileza,
Conjunto Habitacional Três Marias, SBC, 2014



Fotógrafa: Renata Quintela (2014)

Para o Projeto Gentileza gera Gentileza foi convidado o grupo de arte urbana Afeto na Lata, grupo idealizado pelo artista plástico Helder Oliveira, em parceria com seu filho Lucas Farias e o fotógrafo Fábio. Este projeto consiste em transformar latas vazias de tinta spray em peças de arte, ao invés do simples descarte. O grupo da zona sul de São Paulo já havia realizado alguns trabalhos em São Bernardo e para o projeto da escola, como o seu trabalho veio de acordo com o tema proposto, além da pintura realizada nas latas, apresentou vídeos aos professores, sobre afetividade e invisibilidade de crianças de rua e um bate papo. Com os educandos realizaram a pintura de flores e frases de paz em um escadão do conjunto habitacional em frente à escola e outros artistas grafiteiros da região de São Bernardo do Campo grafitaram o muro da EMEB Celso Augusto Daniel com imagens que também seguiram relacionadas ao tema.

Figura 9: Projeto Gentileza Gera Gentileza,
Conjunto habitacional Três Marias, SBC, 2016.



Fotografia: Marcelle Saraiva (2016)

Figura 10: Projeto Gentileza Gera Gentileza,
Conjunto habitacional Três Marias, SBC, 2016.



Fotografia: Marcelle Saraiva (2016)

Como parte do mesmo projeto também foi desenvolvida a conscientização sobre a poluição e cuidado com o lixo no entorno da escola e comunidade, onde foram realizadas caminhadas com pais, alunos, professores e gestores efetuando a coleta do lixo e expondo cartazes confeccionados pelos educandos para o cuidado com o meio ambiente, sendo uma região próxima a um córrego e os cuidados com a saúde, pois a poluição também é causadora de doenças como a procriação do mosquito da dengue.

Figura 11 - Caminhada Sustentável, com gestores, professores, pais e alunos da EMEB Celso Augusto Daniel Conjunto Habitacional Três Marias, 2018



Fotografia: Maria de Fátima Ferreira (2018)

Figura 12 – Coleta de lixo na Caminhada Sustentável, professora e aluno da EMEB Celso Augusto Daniel, Conjunto Habitacional Três Marias, 2018.



Fotografia: Maria de Fátima Ferreira (2018)

Outro fator importante para o sucesso das ações educativas de preservação e valorização do patrimônio cultural é o estabelecimento de vínculos entre políticas públicas de patrimônio às de cultura, turismo cultural, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas, favorecendo, então, o intercâmbio de ferramentas educativas de modo a enriquecer o processo pedagógico inerente a elas. (FLORÊNCIO, [2016?], p. 26).

Assim como apresenta Sônia Rampim, a importância do intercâmbio entre as áreas para a formação de ações educativas, como se pode observar nos projetos pedagógicos, que é uma importante ferramenta para o desenvolvimento da educação patrimonial.

Os educandos realizaram apresentações musicais e de danças, desenvolvidas de acordo com o tema, por meio de músicas da cultura popular como o Frevo da gentileza, Fico assim sem você de Adriana Calcanhoto, Era uma vez de Kell Smith, cantigas de roda, e outras músicas que transmitem mensagens de paz.

Figura 13- Apresentação do 2º ano: Frevo da Gentileza, EMEB Celso Augusto Daniel, 2017.



Fotografia: arquivo pessoal (2017)

Figura 14- Apresentação do 5º ano: Era uma vez - Kell Smith, EMEB Celso Augusto Daniel, 2017.



Fotógrafa: Ana Euclides (2018)

O Projeto Canto, Conto e Encanto: ampliação de repertório musical e literários, de acordo com PPP 2018 da escola, foi desenvolvido tendo em vista a importância da música, leitura e brincadeira para o desenvolvimento das interações sociais, assim como o papel da construção da identidade, ampliando o conhecimento de si e do outro, este projeto possibilita por meio da expressão artística o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social do indivíduo de

forma significativa. Por meio deste projeto, buscou-se ampliar o repertório cultural, estimulando a apreciação musical e a postura de leitor.

Como parte do desenvolvimento das atividades do projeto, foram realizadas pelos docentes diversas atividades que incluíssem o estímulo à leitura, como a sacola literária, onde os educandos revezavam-se para levar a sacola para casa, propiciando a leitura realizada com o aluno e os familiares; a caixa de leitura e o cantinho da leitura em sala de aula, onde os alunos podiam apropriar-se de livros diversos para leitura em determinados momentos durante a aula, além das visitas à biblioteca da escola e outras atividades relacionadas à leitura e interpretação. A apreciação de repertórios musicais, que contemplassem a observação e interpretação das letras, as mensagens transmitidas e seus ritmos, trouxeram novos conhecimentos e ampliou o repertório além do que já costumavam ouvir. Cantigas de roda, cantigas populares de domínio público foram apresentadas pelos educandos do 1º ano do Ciclo I, que exploraram a interpretação de suas letras e apresentaram em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a Cantiga da Sereia, incluindo os educandos com deficiência auditiva nas aulas e apresentações que realizaram. Os educandos do 2º ano do ciclo I, apreciaram, interpretaram, cantaram e dançaram as músicas do samba paulista de Adoniran Barbosa, O trem das Onze e Tiro ao Álvaro, despertando o conhecimento sobre o músico, suas influências e o período em que viveu. O 3º ano do ciclo I explorou a manifestação da cultura popular brasileira do Bumba-meu-boi.

Figura 15- Apresentação do 3º ano- Bumba meu boi de Santa Fé,
EMEB Celso Augusto Daniel, 2018



Fotografia: arquivo pessoal (2018)

Foram desenvolvidas a leitura e interpretação da lenda, apreciação de vídeos, imagens e músicas, tendo como apresentação a coreografia do Bumba-meu-boi do Maranhão Santa Fé, com figurinos, instrumentos e o boi, produzidos em sala de aula.

O 4º ano (1º ano do ciclo II) pesquisou repertórios que transmitissem mensagens de respeito às diferenças, com a música Passarinho de Toda cor. E o 5ºano (2º ano do ciclo II), realizaram a apresentação de músicas com “bate copo”, com a música Pesadão, de Iza e Marcelo Falcão. Como encerramento a escola convidou o MC Kaio 13, músico da região de São Bernardo do Campo, agregando os ritmos aos quais os educandos apreciam em seu cotidiano, como o Funk, atrelados ao projeto.

Também são organizadas festas típicas, como a festa junina, baile de carnaval e festa do dia das crianças, por exemplo, em parceria com toda unidade escolar, para a decoração, ensaios das coreografias, alimentação e organização, de modo geral todos participam.

Figura 16- Festa Junina, EMEB
Celso Augusto Daniel, 2017



Fotografia: arquivo pessoal (2017)

Levando em conta a parceria entre os docentes e as disciplinas, os projetos abrangem maior interação com os conteúdos relacionados ao patrimônio cultural e diversidade, aos princípios da educação patrimonial em todas as suas ações, pois geralmente os temas desenvolvem relações de cidadania e valorização cultural de forma dinâmica e compartilhada.

3.3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO PROGRAMA MAIS TEMPO DE ESCOLA NA EMEB CELSO AUGUSTO DANIEL.

O Programa Mais Tempo de Escola é um programa de educação integral da rede municipal de ensino de São Bernardo do Campo. É um programa de educação integral semelhante ao Programa Mais Educação, que segundo o site do IPHAN é desenvolvido pelo Ministério da Educação (Mec), por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) , é uma estratégia do governo federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, de acordo com as propostas de implantação da Educação Integral. O Programa de Mais Educação, assim como outros programas de educação integral, são grandes mediadores de estratégias para o desenvolvimento da educação patrimonial, segundo a página do portal do IPHAN⁵ sobre o programa:

Essa estratégia amplia as oportunidades, os tempos e os espaços educativos, além de promover o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação, famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Trata-se da construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo tanto para a diminuição das desigualdades educacionais quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira.

De acordo com a Secretaria de Educação de São Bernardo, o Programa Mais Tempo de Escola atende atualmente mais de 10 mil alunos em 47 Escolas Municipais de Educação Básica (EMEB) no contra turno escolar. A iniciativa amplia a jornada para alunos do Ensino Fundamental e trabalha uma concepção de educação voltada ao desenvolvimento integral dos alunos. Por meio de atividades educativas organizadas em oficinas, integram-se os diversos campos de conhecimento e as diversas dimensões formadoras da criança no currículo escolar.

As oficinas são desenvolvidas em espaços das próprias unidades e da comunidade, além de outros espaços físicos e culturais espalhados pela cidade de São Bernardo do Campo. Segundo a Secretaria de São Bernardo do Campo, o objetivo é buscar a criação de uma nova cultura do educar, que tem na escola seu ponto de partida, mas que também explora os potenciais da comunidade educadora. Assim como o IPHAN aponta sobre o Programa Mais Educação: O Programa reconhece, ainda, que a educação deve ser pensada para além dos muros da escola, considerando a cidade, o bairro e os bens culturais como potencialmente educadores.

As atividades desenvolvidas pelo Programa Mais Tempo de Escola são atividades diferenciadas que articulam - se ao projeto pedagógico da escola, propiciando, assim, mais aprendizagem aos alunos, além de tirá-los de situações de vulnerabilidade social,

⁵ Programa Mais Educação, Portal do IPHAN. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/581/>> Acesso em 2 dez. 2018.

principalmente nas regiões mais carentes, concebendo atividades que desempenham a educação cultural e o desenvolvimento da cidadania.

Essas atividades estão atreladas ao calendário escolar, inclusive no período de recesso e férias escolares. De acordo com a gestão da EMEB Celso Augusto Daniel o Programa é realizado em parceria com Instituto Cativar, uma Organização não governamental que contratam os educadores em parceria com a prefeitura, atendendo 410 crianças entre o período da manhã e período da tarde, dois dias durante a semana. As oficinas realizadas envolvem atividades de capoeira, percussão, música, dança como Street dance, artes visuais, circo, rádio e TV e espanhol. As atividades são realizadas em espaços dentro e fora da unidade escolar. A prefeitura disponibiliza os ônibus que realizam o trajeto dos alunos até os locais de atividades externas, como ONGs, clubes, parques e espaços culturais da cidade.

Figura 17- Oficina de percussão, Programa Mais Tempo de Escola, EMEB Celso Augusto daniel,2017



Fotografia: arquivo pessoal (2017)

Figura 18- Aula de Capoeira, Programa Mais Tempo de escola EMEB Celso Augusto daniel,2018



Fotografia: arquivo pessoal (2018)

Além do Programa Mais tempo de escola, também é desenvolvido durante os sábados o Programa Portas Abertas, onde são oferecidas atividades tanto para os alunos da escola como para os moradores da comunidade. As atividades são aulas de dança como Ballet, Zumba, música, entre outras.

Figura 19- Aula de dança, EMEB Celso Augusto Daniel 2018.



Fotografia: Programa Portas Abertas (2018)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação patrimonial é um processo de mediação cujo fator principal é o reconhecimento e preservação cultural, da identidade de cada povo. Em seu contexto sociocultural, a educação patrimonial se faz cotidianamente e o ambiente escolar é uma das principais vias de propagação deste processo. Por meio dessa pesquisa foi possível identificar que a EMEB Celso Augusto Daniel pratica constantemente a educação patrimonial mesmo sem a plena clareza por parte de seu corpo docente, ao qual desenvolve em todos os seus processos educativos. Nos objetivos e conteúdos do Projeto Político Pedagógico que envolve todas as disciplinas, nos Programas de educação integral e nos projetos interdisciplinares a educação patrimonial se faz presente nas práticas da unidade escolar.

O que se faz necessário é a devida formação para contribuir com o pleno exercício dessas práticas educacionais e para ampliação do repertório sobre a educação patrimonial. Muitas vezes o que se nota é a falta de entendimento sobre a importância da cultura como parte do processo educativo e não sobre o seu significado. Mesmo que para alguns docentes a visão de patrimônio cultural ainda seja uma parte da história do passado, as leis, os processos trabalhados até o momento para a propagação do patrimônio nos mostra que o patrimônio cultural vai muito além da preservação de um bem, como também está inserido em nossas vidas e no modo que faz cada um ser no mundo que o circunda todos os dias.

Por mais que existam políticas públicas direcionadas à educação patrimonial, muitas vezes se têm a necessidade de mais arranjos direcionados para o direito à cultura como fonte de educação e de cidadania. É possível buscar estratégias dentro do próprio contexto em que a unidade escolar e os educandos se encontram. A troca de conhecimento entre o corpo docente e os demais atuantes dentro do ambiente escolar é um grande fator para o enriquecimento de novas possibilidades e caminhos para alcançar melhores resultados. Dentro da carga horária do corpo docente, em especial das escolas públicas é obrigatório o comprimento do Horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC), vejo este como um momento em que ideias podem ser compartilhadas enriquecendo o acesso a informações de todos os professores e gestão.

Por mais difícil que seja as condições e a realidade da comunidade em que a escola está inserida, a valorização e afirmação de sua identidade é o que fará transformar em meios positivos o modo de como sua história é composta. Conhecer e saber as necessidades existentes no meio que compõe a vida dos educandos, em seu processo diário de formação cultural é uma importante ferramenta aos educadores para conduzir aos seus alunos sua autoafirmação como cidadão e reconhecimento de seus valores e dos valores culturais existentes de todos os povos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. **As mutações do conceito e da prática. Inquietações e mudanças no ensino da arte.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012. 19 p.

_____. **Tópicos Utópicos.** Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1998. 17 p.

BORBA, Marco. **SBC recebe prêmio por projeto habitacional do Conjunto Três Marias,** São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.saobernardo.sp.gov.br/noticias/-/asset_publisher/pBwTf7tTIXRH/content/sao-bernardo-recebe-premio-por-projeto-habitacional-do-conjunto-tres-marias/maximized>. Acesso em 03 dez. 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação.** Rio de Janeiro, Iphan, 1996. 51 p.

_____. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 2005. Ed. 46°.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11/2010 para o Ensino Fundamental de nove anos** 2013. p.115-116.

_____. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos temas transversais.** Brasília : MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: arte.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Plano Nacional De Cultura (PNC): Diretrizes Gerais.** Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc>>. Acesso em 26 set. 2018.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 11645: de 10 de março de 2008.**

_____. **Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 20 out. 2018.

_____. **Ministério da Cultura (MinC).** Disponível em: <www.cultura.gov.br> Acesso em 25 out. 2018.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.**

_____. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em 25 out. 2018.

FLORÊNCIO, et al. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos.** Brasília: IPHAN, 2014.

Disponível em:<https://educacaopatrimonial.files.wordpress.com/2010/08/educapatrimonialweb_final_segunda-edicao.pdf>.Acesso em: 12 out. 2018.

Florêncio, Sônia R.P. **Educação Patrimonial: um processo de mediação**. Disponível em: <<http://ead.bauru.sp.gov.br/efront/www/content/lessons/39/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Patrimonial%20-20um%20processo%20de%20media%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em 15 dez. 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

_____, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 58 p.

IPHAN, **Educação patrimonial**.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>> Acesso em 25 nov. 2018.

_____, **O que é educação patrimonial?**

Disponível em: <<https://educacaopatrimonial.wordpress.com/about/>> Acesso em 20 nov. 2018.

_____, Patrimônio - Revista eletrônica, Reportagem: **Projetos atingem as escolas**, fev.2006.

Disponível em: <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=130> Acesso em 05 jan.2019.

_____, Portal do IPHAN- **Dicionário do Patrimônio Cultural**. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/79/bem-cultural>> Acesso em: 02 fev. 2019.

_____, **Programa Mais Educação**, Portal do Iphan.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/581/>> Acesso em 2 dez. 2018.

_____, **Relatório do 1º Encontro Nacional de Educação Patrimonial**. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/educacao_patrimonial_na_escola.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

KROHN, et al., **Educação Patrimonial-Programa mais educação-IPHAN**, 2013. 3 p.

ORIÁ, Ricardo. **Memória e Ensino de História**. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). O Saber Histórico na Sala de Aula. 5. ed. São Paulo: Contexto. 2001. 131 p.

REGINO, Tássia. **Seminário Trabalho Social em Programas de Habitação e Desenvolvimento Urbano: Entre o Ideal e o Concreto**. Disponível em:

<https://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/dissertacoes/apresentacao_-_tassia_regino_-_sao_bernardo_do_campo.pdf> Acesso em 03 nov. 2018.

SÃO BERNARDO DO CAMPO, Secretaria da Educação. **Projeto Político Pedagógico CEU Celso Augusto Daniel 2017**. Disponível em:

<http://www.educacao.saobernardo.sp.gov.br/images/ppp/2017/CELSO_DANIEL_PPP2017.pdf> Acesso em 07 out. 2018.

_____, Secretaria da Educação. **Projeto Político Pedagógico CEU Celso Augusto Daniel 2018**. Disponível em:

<<https://classroom.google.com/c/MTg1NjYzMDY1NDFa/a/MTg1NjY0OTQxMTIa/details>> Acesso em 08 out. 2018.